

ENCERRAMENTO EXERCÍCIO 2016 RELATÓRIO DA PREFEITA MUNICIPAL

Em cumprimento às disposições legais, estamos encaminhando o Balanço Geral do Exercício de 2016, do Poder Executivo do Município de São João do Polêsine, com seus anexos e relatórios explicativos, relativo aos principais aspectos da administração, a seguir relacionados:

DO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO

O Orçamento Municipal de São João do Polêsine foi aprovado através da Lei nº.777 de 30.12.2015, onde fixou a despesa orçamentária e orçou a receita em R\$ 15.143.983,11 (Quinze milhões novecentos cento e quarenta e três mil novecentos e oitenta e três reais e onze centavos). Este valor no decorrer do exercício teve as seguintes modificações:

Receita orçada	R\$15.143.983,11
Receita arrecadada	<i>R\$ 12.760.474,45</i>
<i>Arrecadação a menor</i>	<i>R\$ 2.383.508,66</i>
<i>Despesa fixada</i>	<i>R\$ 15.143.983,11</i>
<i>Créditos Adicionais Suplementares</i>	<i>R\$ 1.744.386,13</i>
<i>Créditos Especiais</i>	<i>R\$ 0,00</i>
<i>Redução de dotações</i>	R\$1.411.550,00
<i>Despesa empenhada</i>	R\$12.704.365,91
<i>Despesa Liquidada</i>	R\$ 12.697.475,91

DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Segundo o Balanço Orçamentário da Receita, o total inicialmente previsto, que corresponde ao somatório das receitas correntes e de capital excluído as deduções da receita, foi estimado no montante de R\$ **15.143.983,11**. A receita efetivada no período de janeiro a dezembro de 2016 foi de R\$ **12.760.474,45**, tendo sido arrecadado, portanto **84,26%** da meta anual. Esse desempenho foi propiciado, principalmente, pelo resultado das receitas correntes, que atingiu o percentual de realização equivalente a **96,39%** da programação anual.

O total das Receitas Correntes previsto para o exercício foi de R\$ **12.479.503,11**. Os valores líquidos realizados corresponderam a R\$ **12.068.941,24**. Nesse grupo, as receitas mais significativas foram as Transferências Correntes e as Receitas Tributárias que figuraram, respectivamente, com (Valores líquido) R\$ **10.470.777,11** e R\$ **1.052.382,18**.

DEMONSTRATIVO DA RECEITA PREVISTA E REALIZADA

Discriminação	Previsão Anual Inicial	Realiz. no Período	% Real. Período
1 – Receitas Correntes	12.479.503,11	12.068.941,24	96,39%
Receita Tributária	1.349.900,00	1.271.919,37	94,22%
(-) Deduções da Rec Tributária	(281.020,00)	(219.537,19)	78,12%
Receita de Contribuições	80.000,00	67.628,21	84,54%
Receita Patrimonial	46.450,00	118.445,07	254,99%
(-) Ded. De Receita Patrim	-	(185,95)	0,00%
Receita de Serviços	270.400,00	207.950,24	76,90%
Transferências Correntes	12.866.173,11	12.422.240,02	96,55%
(-) Deduç. De Tr. Correntes	(2.015.400,00)	(1.951.462,91)	96,83%
Outras Rec. Correntes	163.000,00	151.952,84	93,22%
(-) Ded. De Outr Rec. Correntes	-	(8,46)	0,00%
2 – Receitas de Capital	2.664.480,00	691.618,71	20,45%
Operaç. De Crédito	700.000,00	494.822,71	70,69%
Alienação de Bens	120.000,00	-	0,00%
Amort. de Empréstimos	1.000,00	-	0,00%
Transfer. De Capital	1.833.480,00	195.771,46	10,68%
Outras Rec. De Capital	10.000,00	1.024,54	10,25%
3 (-) Outras Deduç. da Receita	-	85,50	
Total da Receita	15.143.983,11	12.760.474,45	84,26%

RECEITAS TRIBUTÁRIAS – PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual	Realizada no Período	% Real / Progr.
Impostos	1.296.300,00	1.225.159,48	94,51%
I P T U	410.000,00	381.555,03	93,06%
I R R F	166.300,00	172.315,09	103,62%
I T B I	120.000,00	100.685,34	83,90%
I S S Q N	600.000,00	570.604,02	95,10%
Taxas	53.600,00	46.759,89	87,24%
Taxas p/ Exerc. Poder de Polícia	47.600,00	42.269,26	88,80%
Taxas p/ Prestação de Serviços	6.000,00	4.490,63	74,84%
(-) Deduções da Rec Tributária	(281.020,00)	(219.537,19)	78,12%
Total das Receitas Tributárias (Líquido)	1.068.880,00	1.052.382,18	98,46%

Transferências Correntes

Conforme se visualiza no grupo das Transferências Correntes da União, o item mais significativo refere-se às transferências constitucionais do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, que realizou **R\$ 7.798.587,28** no período, correspondendo a 99,09% da previsão anual. O FPM foi incrementado, no mês de julho e dezembro, pela “Cota Extra” repassado aos municípios em atendimento do disposto na legislação vigente, também há de se registrar o recebimento dos recursos da repatriação nos meses de novembro e dezembro.

A Compensação Financeira da Lei Complementar 87/96 – Lei Kandir – realizou 69,62% do valor previsto.

As Transferências de Convênios com o Estado, classificadas como receitas correntes demonstraram um realizado de **60,90%** em comparação à projeção para o ano, correspondendo a **R\$ 240.857,42**. Não houve ingresso de transferências de convênios da União Federal.

Nas transferências do Estado, deve ser destacada a participação do Município no I C M S, cujos valores transferidos ao Município, no período, foram de **R\$ 2.142.795,17**, ou seja **89,28%** da expectativa inicial, que era de **R\$ 2.400.000,00**.

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – PREVISTAS E REALIZADAS

	Previsão Anual	Realizada no Período	% Real / Previsto
Transferências da União	8.682.000,00	8.661.009,79	99,76%
Cota parte do F P M + Cota Extra	7.870.000,00	7.798.587,28	99,09%
Cota parte do I T R	7.000,00	5.882,30	84,03%
Cota parte da LC 87/96 (Lei Kandir)	20.000,00	13.924,60	69,62%
Cota Parte Fundo Especial do Petróleo	80.000,00	61.102,78	76,38%
PAB - Parte Fixa	80.000,00	72.444,71	90,56%
PAB - Parte Variável	280.000,00	324.936,00	116,05%
Outras Transferências do SUS	56.000,00	61.768,49	110,30%
Transferências do F N A S	87.000,00	140.590,00	161,60%
Transferências do F N D E	190.000,00	157.371,34	82,83%
Transf.de Convênios com União			0,00%
Outras Transferências da União	12.000,00	24.402,29	203,35%
Transferências do Estado	3.413.173,11	2.931.646,77	85,89%
Cota Parte do I C M S	2.400.000,00	2.142.795,17	89,28%
Cota Parte do I P V A	300.000,00	305.226,55	101,74%
Cota Parte do I P I / Exportação	50.000,00	26.763,87	53,53%
Cota parte da C I D E	10.000,00	11.348,89	113,49%
Transf. do Fundo Est. Saúde (FES)	254.100,00	204.609,21	80,52%
Transf.de Convênios com Estado	395.473,11	240.857,42	60,90%
Outras Transferências do Estado	3.600,00	45,66	1,27%

Transferências do FUNDEB

O quadro a seguir evidencia o comportamento da arrecadação e dos valores transferidos ao FUNDEB. Em resumo, verifica-se que no período de janeiro a dezembro de 2016, o Município recebeu, do referido fundo, em razão do nº. de alunos matriculados em sua rede de ensino, o valor de **R\$ 819.565,93**, representando **109,28%** da previsão anual. Por outro lado, contribuiu, de forma compulsória para o mesmo com **R\$ 1.951.445,38** (**96,83%** do total previsto para o ano). Portanto, a perda acumulada no FUNDEB, ao final do exercício de 2016 é de **R\$ 1.331.897,45**.

TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual	Realizada no Período	% Real /Previsto
Valores Recebidos do FUNDEB	750.000,00	819.565,93	109,28%
Valores Transferidos para o FUNDEB	2.015.400,00	1.951.445,38	96,83%
Perda com o FUNDEB	-1.265.400,00	-1.131.879,45	89,45%

Receitas de Capital

As Receitas de Capital alcançaram 20,45% da previsão inicial para o ano. A maior previsão estava na transferência de capital tanto da esfera estadual como federal, cujo valor inicialmente previsto foi de **R\$ 2.664.480,00**, tendo ingressado **R\$ 691.618,71** no período. Destacamos que no exercício de 2016 o Município recebeu o valor de R\$ 494.882,71 referente a operação de crédito realizada com o BADESUL SA objetivando a pavimentação de ruas perímetro urbano da sede do município e do distrito de Vale Vêneto.

DESPESA ORÇAMENTARIA

Considerando todas as fontes de recursos, a Receita total realizada no período de janeiro a dezembro de 2016, apresentou uma execução superior à Despesa total Liquidada. Em valores acumulados, a correlação despesa total/receita total foi de 0,99 demonstrando um Supervit na execução orçamentária de **R\$ 62.998,54**.

As Despesas Liquidadas, no acumulado do ano de 2016 totalizaram **R\$ 12.697.475,91**, valor equivalente a 82,04 % do total dos créditos autorizados. Analiticamente, o total das despesas correntes realizadas (liquidadas) foi de **R\$ 11.855.554,53** correspondendo a 94,21 % da previsão atualizada para esta categoria econômica. As despesas de capital totalizaram **R\$ 841.921,38**, ou seja, **29,12%** dos créditos autorizados.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)

Receita Realizada	Previsão Atualizada	Realizada no Período	% Real / Progr.
(1) Receita Total	15.268.329,55	12.760.474,45	83,57%
Especificação	Créditos Autorizados	Realizada no Período	% Real / Progr.
Despesas Correntes	12.584.636,88	11.855.554,53	94,21%
Pessoal e Encargos Sociais	6.440.410,04	6.370.612,01	98,92%
Juros e Encargos da Dívida	25.800,00	25.697,67	99,60%
Outras Despesas Correntes	6.118.426,84	5.459.244,85	89,23%
Despesas de Capital	2.891.682,36	841.921,38	29,12%
Investimentos	2.888.082,36	841.921,38	29,15%
Inversões Financeiras	3.500,00		0,00%
Amortização da Dívida	100,00		0,00%
Reserva de Contingência	500,00	0	0,00%
(2) Despesa Total	15.476.819,24	12.697.475,91	82,04%
Resultado Orçamentário (1-2)	-208.489,69	62.998,54	
Relação Despesa/Receita (2 / 1)		1,00	

AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA

As despesas com os encargos de Amortização da Dívida (principal e juros), no valor de **R\$ 25.697,67**, representaram um desembolso correspondente a 99,60% da previsão atualizada da despesa.

Investimentos Realizados

Já em relação às despesas com investimentos corresponderam a **29,15%** em relação aos créditos autorizados para esta rubrica. Em termos orçamentário/financeiro, o total autorizado foi de **R\$ 2.888.082,36**, apresentando uma execução de **R\$ 841.921,38**.

DESPESA DE PESSOAL E LIMITES DA LRF

Conforme evidenciado nos quadros a seguir, a Despesa de Pessoal total, calculada conforme metodologia adotada pelo Tribunal de Contas do Estado, considerando os poderes executivos e legislativos, é o item mais significativo no conjunto das despesas fiscais. Em relação à Receita Corrente Líquida dos 12 últimos meses conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, está abaixo do limite prudencial de 57%, apresentando, respectivamente, o limite de comprometimento de **42,20%** para o Executivo e de **2,97%** para o Legislativo.

A Receita Corrente Líquida acumulada nos últimos doze meses, considerada para fins de cálculo do comprometimento das despesas com pessoal, atingiu o montante de **R\$ 13.033.443,81** e está assim discriminada:

APURAÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

(-) I R R F s/Rendimentos do Trabalho	167.376,88
(-) Deduções da Receita Corrente	2.171.194,51
(+) Ajustes Perdas c/FUNDEB	1.131.879,45
(=) RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	13.033.443,81

DESPESA DE PESSOAL E LIMITES DA L R F

PODER	Despesa Líquida	% RCL	Limite Prudencial	Limite Legal
Despesas com pessoal do Executivo	5.499.642,36	42,20%	51,30%	54%
Despesas com pessoal do Legislativo	387.371,70	2,97%	5,70%	6%
Total das despesas com pessoal	5.887.014,06	45,17%	57%	60%

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

Especificação	Saldo Em 31/12/2015	Saldo Em 31/12/2016	Variação %
I – Dívida Consolidada	57.375,13	553.892,47	965,39%
(-) Ativo Disponível	357.498,56	840.819,66	235,20%
(+) Restos a Pagar Processados + Empenhos do Exercício Liquidados a Pagar	573.785,70	995.126,72	173,43%
(+) Outras Obrigações Financeiras	33.892,68	41.225,88	121,64%
II – Dívida Consolidada Líquida	307.554,95	749.425,41	243,67%
III – Receita de Privatizações	-	-	
IV – Passivos Reconhecidos	-	-	
			Resultado Nominal
V – Dívida Fiscal Líquida (II+III-IV)	307.554,95	749.425,41	441.870,46
Receita Corrente Líquida	13.033.443,81		

DOS RESTOS A PAGAR

No final do exercício de 2016 o município apresentou a importância de R\$ 987.406,24 em restos a pagar processados, salientamos que o município no final deste exercício não apresentou restos a pagar não processados.

Destacamos que do montante acima o município apresentou insuficiência financeira no montante de R\$ 360.933,60 nas Fontes de Recursos 0001 – Livre, 0020 – M.D.E, 0040 A.S.P.S. Quanto a insuficiência financeira apresentada nas fontes de recursos acima mencionada temos a informar que, como já é de conhecimento do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS), em virtude da estagnação econômica que o País vivenciou em 2016, os municípios gaúchos acumulam irreparáveis perdas em seus cofres. O Município de São João do Polêsine também sofreu com a falta de repasse da União e do Governo do Estado e a demanda de atividades essenciais que são desenvolvidas só tem aumentado.

De acordo com estudo elaborado e divulgado pela FAMURS na data de 17.01.2017 o município de São João do Polêsine deixou de receber no decorrer do ano de 2016 a importância de R\$ 370.606,00 do Fundo de Participação dos Municípios - FPM. E a receita de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) teve uma redução de R\$ 54.682,00. Em virtude da constatação da arrecadação a menor por parte do município o mesmo realizou turno único conforme Lei Municipal nº 792 de 13.10.2016, com a finalidade de redução de gastos para todos os órgãos da Administração Municipal.

Também devemos considerar que o município enfrentou falta de repasse de recursos destinado a área da saúde no ano de 2016, onde o governo do Estado deixou de repassar a importância de R\$ 165.062,62, conforme OF. Circular/FES. Nº 433/2016 de 23 de Dezembro de 2016. Estes recursos foram contabilizados como créditos decorrentes de outras transferências do Estado no nível contábil 1.1.1.2.3.4.09.00, o qual foi adicionado na fonte de recursos 0040 – A.S.P.S, uma vez que o município utilizou de recursos desta fonte para realizar despesas necessária a manutenção da saúde. Considerando que o município aplicou em saúde no exercício de 2016 o percentual de 21,16, o que representa um valor de R\$ 699.181,77 acima do mínimo constitucional para Manutenção das Ações e Serviços Públicos em Saúde.

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE/FUNDEB

As despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, apuradas conforme o Parecer Coletivo nº. 001/2003 e instrução normativa nº 07/2015, do Tribunal de Contas do Estado: Receita proveniente da arrecadação de impostos, transferências e dívida ativa tributária somou a quantia de **R\$ 11.651.670,71**, e que de conformidade com o art. 212 da CF o percentual de 25% equivale à importância de **R\$ 2.837.917,68**. O Município aplicou nos programas específicos à importância de **R\$ 2.950.754,61**, gastos estes que confrontados com a receita realizada (impostos + transferências) atingiu o percentual de **25,99%** cumprindo desta forma os mandamentos constitucionais vigentes.

Especificamente, quanto aos recursos recebidos pelo Município, à conta do FUNDEB, que montaram em **R\$ 819.565,93**, sua aplicação atendeu ao disposto nos artigos 21,22 e 25 parágrafo único inciso III letra “b” da lei 11.494/07, pois o valor de **R\$ 774.096,12** corresponde a 94,45% dos recursos do FUNDEB foram aplicados no pagamento de profissionais do magistério.

RECEITAS	PREVISÃO Inicial (a)	Arrecadação	
		Até o Quadrimestre (b)	% (b/a)
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS			
Receitas de Impostos + Multas e Juros + Dívida Ativa	1.347.000,00	1.058.508,47	78,58%
Receitas de Transferências Constitucionais	10.647.000,00	10.293.162,24	96,68%
TOTAL DAS RECEITAS	11.994.000,00	11.351.670,71	94,64%
Mínimo a Aplicar em MDE (25%)	2.998.500,00	2.837.917,68	94,64%
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO POR SUBFUNÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Quadrimestre	%
EDUCAÇÃO INFANTIL	847.241,70	830.653,79	98,04%
ENSINO FUNDAMENTAL	1.018.350,00	992.795,46	97,49%
(+) Perda com o FUNDEB	(1.265.400,00)	(1.131.879,45)	89,45%
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras	2.700,00	2.682,39	99,35%
(-) Despesas c/Superávit do FUNDEB		1.891,70	--
TOTAL DAS DESPESAS COM ENSINO	3.128.291,70	2.950.754,61	94,32%
PERCENTUAL APLICADO	25,99%		

AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

RECEITAS	PREVISÃO	Arrecadação	
	(a)	Até o Quadrimestre (b)	% (b/a)
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS			
Receitas de Impostos	1.347.000,00	1.058.508,47	78,58%
Receitas de Transferências Constitucionais	10.647.000,00	10.293.162,24	96,68%
TOTAL DAS RECEITAS	11.994.000,00	11.351.670,71	94,64%
Mínimo a Aplicar em A S P S (15%)	1.799.100,00	1.702.750,61	94,64%
DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Quadrimestre	%
Administração Geral	7.324,80	6.408,18	87,49%
Atenção Básica	2.447.400,00	2.401.439,10	98,12%
Vigilância Sanitária	200,00	76,40	38,20%
Vigilância Epidemiológica	600,00	86,00	14,33%
Restos a Pagar Liquidados no Exercício	-		
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras dos Recursos ASPS	1.400,00	1.799,71	128,55%
(-) Valor Transferido a Consórcio Público (Portaria STN nº 274/2016)	4.424,80	4.277,59	96,67%
TOTAL APLICADO NO PERÍODO	2.449.700,00	2.401.932,38	98,05%
Fonte: Balançetes contábeis da receita e da despesa orçamentária			
PERCENTUAL APLICADO	21,16%		

Quanto aos recursos vinculados da Saúde, ressaltamos o seguinte: Receitas provenientes de impostos, transferências e dívida ativa tributária somaram a quantia de **R\$ 11.351.670,71**. O Município de São João do Polêsine teria que aplicar para os serviços públicos de saúde o percentual de 15% que corresponde a **R\$ 1.702.750,61**. No decorrer do exercício esses valores não foram suficientes para atender todos os encargos com os serviços de saúde, tendo o município ter que alocar o equivalente a **R\$ 2.401.932,38** atingindo um percentual de **21,16%** da arrecadação de impostos e transferências.

Na administração geral do município destacamos o aperfeiçoamento e treinamento dos servidores municipais.

Era o que entendemos de relevante e necessário relatar.

São João do Polêsine, 23 de janeiro de 2017.

Valserina Maria Bulegon Gassen
Prefeita Municipal